

FEMINIZAÇÃO DA POBREZA E SUAS NUANCES NO BRASIL

Gabriel Correa Curcio¹
Evandro Camargos Teixeira²

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar o processo de feminização da pobreza no Brasil, a partir do gênero das pessoas de referência nos domicílios. Para tal, são utilizados dados relativos à 5ª visita do ano de 2022 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), sendo definidas duas linhas de pobreza, correspondentes a $\frac{1}{2}$ e $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo. Os resultados encontrados indicam que houve feminização da pobreza no país, onde domicílios cujas mulheres são as pessoas de referência possuem probabilidade mais elevada de estarem abaixo das linhas de pobreza. Ademais, por meio das demais especificações consideradas, verificou-se outras nuances desse processo. Dessa forma, há intensificação do processo de feminização da pobreza quando além de a pessoa de referência no domicílio ser mulher, ela também é preta, parda ou indígena, realiza dupla jornada de trabalho e mora sozinha.

Palavras-chaves: Feminização da Pobreza, Pessoas de referência no domicílio, Logit, Brasil.

ABSTRACT

The aim of this study was to analyze the process of feminization of poverty in Brazil, based on the gender of the reference persons in the households. To this end, data from the 5th visit in 2022 of the Continuous National Household Sample Survey (PNADC) was used, defining two poverty lines corresponding to $\frac{1}{2}$ and $\frac{1}{4}$ of the minimum wage. The results indicate that there has been a feminization of poverty in the country, where households whose reference persons are women have a higher probability of being below the poverty lines. In addition, the other specifications considered revealed other nuances of this process. Thus, the process of feminization of poverty is intensified when, in addition to the reference person in the household being a woman, she is also black, brown or indigenous, works two jobs and lives alone.

Keywords: Feminization of Poverty, Household reference persons, Logit, Brazil.

¹ Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), com interesse de pesquisa em Microeconomia do Desenvolvimento.

² Possui doutorado em Economia Aplicada pela ESALQ/USP, mestrado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e graduação em Economia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Atualmente, é Professor Associado III do Departamento de Economia da UFV e trabalha com Desenvolvimento Econômico, particularmente com os seguintes temas: criminalidade, saúde, educação e pobreza.

Introdução

A pobreza corresponde a um fenômeno multifacetado, que pode ser definido como estado de privação, seja material ou de ordem cultural e social, em que uma pessoa ou família não possui acesso aos recursos necessários para sua manutenção (Kageyama; Hoffmann, 2006).

No geral, a mensuração da pobreza pode ser realizada por meio de medidas monetárias, utilizando-se como parâmetro o salário-mínimo ou a renda *per capita* para definição das linhas de pobreza³; além de medidas de desigualdade, como o coeficiente de Gini⁴; e indicadores sociais, utilizados para analisar a pobreza sob uma perspectiva multidimensional, vide Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)⁵.

Analisando-se as diferentes formas de mensuração da pobreza descritas, medidas monetárias, como a renda *per capita* familiar, têm sido utilizadas em larga escala devido à facilidade e à compreensão da extensão da pobreza (Machado, 2006), que pode ser absoluta ou relativa.

Conceitualmente, pobreza absoluta considera as necessidades básicas dos indivíduos, sem levar em conta o contexto social, considerando apenas se os indivíduos têm acesso aos recursos relacionados ao mínimo vital, como alimentação, vestuário, moradia e energia. Essa análise geralmente redundava no estabelecimento de uma linha de pobreza em termos de renda (Kageyama; Hoffmann, 2006). Já a pobreza relativa se refere à privação existente em uma determinada sociedade, considerando o nível de vida dos indivíduos relativamente ao nível de vida médio das sociedades a qual eles estão inseridos.

Segundo o critério de renda, o Relatório Bienal do Banco Mundial sobre Pobreza e Prosperidade (2018) identificou que, em 2015, havia mais de 1,9 bilhão de pessoas vivendo com menos de US\$ 3,20 por dia, ou seja, 26,2% da população mundial estava

³ Linha de pobreza é um limite monetário, onde se define quem está ou não vivendo em situação de pobreza. Caso os indivíduos possuam um nível de renda inferior a esse valor, o indivíduo pode ser considerado pobre.

⁴ O Coeficiente de Gini mede a desigualdade na distribuição total do rendimento ou consumo, variando de 0 a 1, sendo que 0 representa a igualdade perfeita e 1 a desigualdade perfeita.

⁵ O IPM utiliza uma série de indicadores para calcular o nível de pobreza, indo além da pobreza econômica obtida pela utilização apenas da renda, englobando todo tipo de privação, seja econômica, social ou política (Sen, 2018).

abaixo da linha de pobreza definida pelo Banco Mundial para países de renda média-baixa⁶ e cerca de 46% da população mundial vivia com menos de US\$ 5,50 por dia.

Por sua vez, no caso do Brasil, o Mapa da Nova Pobreza, realizado por Neri (2022), identificou que 33,5 milhões de pessoas, ou seja, 15,6% da população brasileira vivia com menos de US\$ 3,20 por dia em 2021, o que equivale à R\$ 289 mensais ajustada por paridade do poder de compra, e que 62,9 milhões de brasileiros estavam abaixo da linha de US\$ 5,50 por dia (R\$ 497 mensais).

Levando em consideração sua complexidade, alguns fatores relacionados à pobreza têm sido analisados na literatura, dentre eles a questão de gênero. Dessa forma, estudos mais recentes (AlAzzawi, 2015; Souza *et al.* 2020; Couto, 2022) apontam que a pobreza tem cada vez mais um perfil feminino. Analisando-se a incidência da pobreza entre homens e mulheres, o índice de feminidade em domicílios pobres da CEPAL (2018) mostra que para cada 100 homens vivendo em domicílios pobres, havia 113,3 mulheres na mesma situação na América Latina, e 118,5 no Brasil.

De fato, existem fatores que levam a mulher a vivenciar uma situação desprivilegiada. Nesse sentido, a desigualdade na participação no mercado de trabalho, a proeminência na realização de atividades não remuneradas e o maior grau de informalidade aumentam o nível da vulnerabilidade feminina (Costa *et al.*, 2005). Assim como demonstram os indicadores sociais das mulheres no Brasil, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE (2019), as mulheres gastavam, em média, 21,4 horas semanais em cuidados de pessoas e afazeres domésticos, quase o dobro das 11 horas realizadas pelos homens. Ainda nesta mesma pesquisa, 54,5% das mulheres estão integradas na força de trabalho, enquanto esse percentual é de 73,7% para os homens.

Outro dado apurado no levantamento do IBGE (2019) é a diferença em termos de níveis de rendimentos, sendo que, em média, as mulheres receberam apenas 77,7% do montante recebido pelos homens. Dessa forma, é importante ressaltar que apesar do aumento na taxa de atividade das mulheres nas últimas décadas, a divisão social do trabalho, em que as mulheres recebem salários menores e dedicam menos horas ao trabalho remunerado, se mantém acentuada (Camargos *et al.*, 2014).

⁶ A partir de 2018, o Banco Mundial passou a adotar uma nova referência para o indicador de pobreza, condizente com as diferenças entre os países, estabelecendo três faixas para países com diferentes níveis de renda: US\$ 1,90 por dia para países de renda baixa, US\$ 3,20 por dia para países de renda média-baixa e US\$ 5,50 para países de renda média-alta.

Considerando-se esses fatores, verifica-se que as desigualdades de gênero e econômicas se entrelaçam e se reforçam mutuamente. Com isso, surgem novos conceitos que atuam como ferramentas conceituais para abordar questões de justiça de gênero e justiça social. Assim, vem ganhando força no debate público sobre gênero, desigualdade econômica e políticas sociais o conceito de feminização da pobreza, que tem contribuído com a literatura para uma compreensão mais aprofundada das interseções entre gênero e pobreza.

Cunhado por Diane Pearce (1978), o fenômeno conhecido como feminização da pobreza tem início quando primordialmente a mulher deve se responsabilizar pelo sustento do lar, provendo a si mesma e seus filhos (Novellino, 2016). Este conceito pode ser definido de duas formas, em que a primeira se refere à uma tendência de aumento da desigualdade nos padrões de vida entre homens e mulheres, e a segunda é relativa ao aumento na diferença dos níveis de pobreza entre domicílios referenciados por mulheres e por homens (Pearce, 1978).

Considerando-se a segunda definição, o processo de feminização da pobreza ocorre quando há aumento no contingente de domicílios cujas mulheres são as pessoas de referência entre os domicílios pobres. Essa definição é especialmente importante, haja vista que o percentual de domicílios referenciados por mulheres no Brasil aumentou de 22,9% em 1995 para 40,5% em 2015 (IPEA, 2017).

Diante dessa expressiva elevação, o processo de feminização da pobreza tem sido estudado no país, vide os trabalhos recentes realizados por Souza *et al.* (2020), Batista e Costa (2019) e Brito (2020). Similarmente, na literatura internacional, o tema também é recorrente (Gökovali; Danişman, 2010; Ofori 2012; AlAzzawi, 2015; Klasen; Lechtenfeld; Povel, 2015).

Apesar da discussão recente referente a feminização da pobreza, vide estudos supracitados, a existência desse fenômeno ainda não é consenso na literatura. Verifica-se heterogeneidade nos resultados obtidos em diferentes países, onde Moghadam (1997) e Lampietti e Stalker (2000), por exemplo, apontam que apenas em alguns países há agravamento consistente da pobreza feminina em relação à masculina. Logo, a elaboração de novos estudos pode contribuir na discussão relacionada à existência de feminização da pobreza, particularmente no Brasil, onde as desigualdades são elevadas e os domicílios referenciados por mulheres têm crescido de forma consistente, como já salientado (Costa *et al.*, 2005).

Dessa forma, o presente estudo busca investigar a existência de feminização da pobreza, tendo em vista o critério de renda, no Brasil, por meio da 5ª visita da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do ano de 2022. Importante ressaltar que os trabalhos referentes à feminização da pobreza têm contribuído de forma importante para a literatura acadêmica e para o debate público sobre gênero, desigualdade econômica e políticas sociais, destacando como as mulheres, particularmente em contextos com baixo nível de renda, se defrontam com maior incidência de pobreza em comparação aos homens.

Portanto, esse trabalho dá continuidade aos estudos já realizados, auxiliando na compreensão da complexidade das desigualdades sociais ao analisar as disparidades de gênero na distribuição de recursos no Brasil, por meio de dados mais atuais. Além disso, o presente estudo pode contribuir com a literatura referente ao tema, analisando não apenas a relação do gênero com o status de pobreza monetária, mas também algumas nuances, ou seja, sua interação com outras características existentes nas referências domiciliares, como mulheres pretas/pardas/indígenas, mulheres com dupla jornada de trabalho e domicílios unipessoais femininos. Para tal, o trabalho está dividido em mais quatro seções, além dessa seção introdutória. Na próxima seção, são apresentadas evidências empíricas relacionadas à feminização da pobreza, seguida da seção metodológica, resultados e considerações finais.

Evidências empíricas relativas à feminização da pobreza

A concepção de que tem ocorrido empobrecimento relativamente mais elevado das mulheres em relação aos homens, embora aceita entre diversos estudiosos, possui controvérsias na literatura. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano de 1995 do PNUD, o número de indivíduos em condições de pobreza correspondia a aproximadamente 1,3 bilhões, sendo que 70% dessas pessoas eram mulheres (PNUD/RDH, 1995). Marcoux (1998), no entanto, contestou essa informação ao alegar na época que nenhum estudo científico havia sido citado para documentar esse percentual, sendo a proporção de 4,3 mulheres pobres para cada homem pobre algo improvável, pois revela elevado desequilíbrio em termos de gênero que seria inviável demograficamente.

Contudo, essa discussão não se restringe à década de 1990, já que diversos estudos acerca do processo de feminização da pobreza foram realizados posteriormente, sendo que de acordo com Pearce (1978), eles podem ser divididos em duas vertentes. A primeira

contrapõe homem e mulher, considerando como feminização da pobreza o aumento da representação das mulheres entre as pessoas pobres, assim como apontado nos trabalhos de Fuchs (1986) e Wright (1992), cujos resultados encontrados descartam a hipótese de ocorrência da feminização da pobreza, pois mesmo que haja maior incidência de pobreza feminina, não existe agravamento desse quadro ao longo do tempo.

A segunda vertente leva em consideração as pessoas de referência nos domicílios, considerando como feminização da pobreza o aumento do nível de pobreza em famílias referenciadas por mulheres, como em Northrop (1990), Pressman (1988) e Peterson (1987). Tais autores ressaltam a mudança na composição demográfica da população por meio do aumento da proporção dessa modalidade de domicílios e destacam a elevação na diferença dos níveis de pobreza entre as referidas famílias com aquelas referenciadas por homens.

As divergências de resultados na literatura no que diz respeito à ocorrência da feminização da pobreza, além da elevação do número de domicílios que tem as mulheres como pessoas de referência apontam a necessidade de realização de novos estudos, em diferentes países, a partir dos indícios de aumento na incidência da pobreza em domicílios referenciados por mulheres.

Nos Estados Unidos, por exemplo, alguns trabalhos apontam que residir em domicílios onde as mulheres são as pessoas de referência está relacionado ao aumento do risco de os indivíduos serem considerados pobres, indicando possível processo de feminização da pobreza (McLanahan, 1985; Rodgers, 1990).

Em outros países, resultados similares foram encontrados, como em estudo realizado por AlAzzawi (2015), que utilizou o índice de *Foster-Greer-Thorbecke* (FGT) e confirmou a existência do processo de feminização da pobreza no Egito para o período de 1999 a 2013. Por sua vez, em Gana, Ofori (2012), por meio da estimação de um modelo Logit, demonstrou que domicílios referenciados por homens possuem 33,6% menos chances de estarem em condição de pobreza quando comparados com aqueles chefiados por mulheres; além de Owusu-Afriyie e Nketiah-Amponsah (2014), que por meio dos índices FGT, verificaram que houve feminização da pobreza entre 1998 e 2006 no referido país, particularmente para indivíduos com menores níveis de escolaridade.

No caso da Turquia, Gökovali e Danişman (2010) também concluíram que existia um processo de feminização da pobreza em curso entre 2004 e 2006, destacando a estrutura familiar, onde mulheres que vivem em domicílios unipessoais possuem maiores

chances de serem pobres quando comparadas com aquelas que possuem parceiros. A composição familiar relacionada à feminização da pobreza também é destacada em Sanjay (2018).

Encontrando resultados contrários, Medeiros e Costa (2006), em um estudo realizado na América Latina, não encontraram diferenças relevantes, seja na incidência ou intensidade da pobreza, entre homens e mulheres, com exceção quando são considerados domicílios referenciados por mulheres em que existem crianças. No entanto, os autores destacam que caso fossem utilizados dados relativos às desigualdades intradomiciliares, os resultados poderiam apontar a existência de sobrerrepresentação feminina da pobreza.

Por outro lado, Klasen, Lechtenfeld e Povel (2015), em um estudo para Tailândia e Vietnã, analisaram a diferença no consumo, exposição a choques econômicos e vulnerabilidade à pobreza entre domicílios referenciados por homens e mulheres entre 2007 e 2008, não encontrando evidências de que os lares chefiados por mulheres possuam maiores desvantagens, porém verificou-se que esses tendem a estar expostos a riscos mais severos.

Em vários países, o fator cultural é outra forte causa da feminização da pobreza. Assim, a negação de oportunidades para mulheres e a imposição de normas culturais de subordinação, que dificultam o acesso a escolas para meninas, que muitas vezes são forçadas ao trabalho doméstico, além dos abusos aos quais são submetidas, reforçam o processo da feminização da pobreza (Kabeer, 2015; Bhagavatheeswaran *et al.*, 2016; Roby; Lambert; Lambert, 2009; Woods, 2009; Tarar; Pulla, 2014; Schütte, 2014).

Para o caso brasileiro, Batista e Costa (2019) analisaram se o fato de os domicílios serem referenciados por mulheres aumenta sua vulnerabilidade, considerando o período entre 2011 e 2015. Ao controlarem características como cor, jornada dupla de trabalho, presença de crianças ou pensionistas, e a área do domicílio, as autoras constataram que o sexo da pessoa de referência, no caso feminino, é a variável de maior impacto para determinar as chances de o domicílio estar dentre os 5% mais pobres no Brasil.

Por sua vez, Lima (2021) encontrou que durante o período entre 2012 e 2019, domicílios em que as mulheres eram as pessoas de referência apresentaram chances 14% maiores de permanecerem em condições de pobreza. Analisando esse mesmo período, Couto (2022), por meio da análise de razões das chances pós estimação de um modelo econométrico Logit, encontrou que a probabilidade de o domicílio estar abaixo da linha

de pobreza era mais elevada quando o sexo da pessoa de referência era feminino, e além disso, ela se intensificou ao longo do período analisado.

Por meio da metodologia estabelecida por Kageyama e Hoffman (2006), que combina critérios de renda e indicadores não monetários, por meio da definição de linhas de pobreza monetárias e de carências de equipamentos básicos nos domicílios, Souza *et al.* (2020), utilizando não apenas uma medida monetária de pobreza, mas também considerando aspectos qualitativos dos domicílios, apontaram a existência de feminização da pobreza no Brasil no período 2001-2015, onde os domicílios referenciados por mulheres se sobressaíam em termos de nível de pobreza em 18% para a primeira linha de corte e 1,8% para a segunda linha de corte analisada.

Entretanto, Costa *et al.* (2005), que analisaram a realidade brasileira no período 1983-2003, assim como Schinaider, Viana e Teixeira (2020) ao considerarem o período 2005-2015, por meio do cálculo do índice FGT, não identificaram a existência de um processo de feminização da pobreza, verificando a necessidade de mais estudos relativos ao tema.

Importante ainda salientar que a análise da pobreza domiciliar apenas pelo sexo da pessoa de referência, isoladamente, não é capaz de verificar toda a amplitude do problema. Logo, analisar outras características, tanto da pessoa de referência quanto do domicílio, bem como a interação dessas características com o sexo da chefia do lar, é de suma importância para explicar a permanência dos domicílios em condições de pobreza (Ribas; Machado; Golgher, 2011).

Nesse sentido, Brito (2020), por meio da estimação de um modelo Logit, com o intuito de analisar os determinantes da pobreza no estado do Rio Grande do Sul entre 2013 e 2019, encontrou maior suscetibilidade à pobreza para domicílios referenciados por mulheres, destacando a relevância de outras variáveis que caracterizam a chefia familiar, como nível educacional e presença de pensionistas no lar.

Outro fator que possui forte interação com o sexo da pessoa de referência é a presença de cônjuge no domicílio. Domicílios chefiados por mulheres são penalizados, pois a ausência de cônjuge ocorre predominantemente nestes lares, havendo elevada tendência de que famílias referenciadas por homens tenham sua renda complementada por sua cônjuge (Novellino, 2016). Nesse sentido, Melo e Bandeira (2005) verificaram que as mulheres possuem maior probabilidade de estarem em condições de pobreza, visto que, na maioria dos lares referenciados por elas, não há cônjuge. Dessa maneira, elas se

tornam as únicas provedoras dos lares, tendo que manter, geralmente, uma jornada dupla de trabalho e cuidados com os domicílios. Resultados similares foram encontrados por Batista e Costa (2019), Souza *et al.* (2020) e Lima (2021).

As mulheres que são as pessoas de referência em seus domicílios, além de serem as únicas responsáveis pela manutenção financeira dos lares, também precisam lidar com a tutela dos filhos, em sua grande maioria. Sendo assim, a presença de crianças também contribui de forma importante para determinar o nível de vulnerabilidade destes domicílios. Barros, Fox e Mendonça (1997), assim como Lavinhas e Nicoll (2006) e Belchior (2007), por exemplo, encontraram resultados que demonstram que domicílios referenciados por mulheres possuem mais chances de estarem em condições de pobreza em relação aos demais, principalmente quando há crianças.

Por fim, as dificuldades de inserção da mulher no mercado de trabalho também agem como um fator gerador de desigualdades. Medeiros e Pinheiro (2018) ressaltam que tais dificuldades se devem, em parte, ao fato de que homens e mulheres possuem tarefas e responsabilidades diferentes. Enquanto o homem consegue direcionar a maior parte de seu tempo ao trabalho remunerado, as mulheres precisam realizar tarefas não remuneradas, como o trabalho doméstico, implicando jornada de trabalho mais extensa para elas.

Metodologia

Base de dados

Para a consecução do trabalho, foram utilizados dados extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), realizada pelo IBGE em sua 5ª visita, que correspondem a informações relativamente mais recentes que estão disponíveis.

A PNADC apresenta indicadores para acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, a médio e longo prazo, da força de trabalho e outras informações necessárias para o estudo e desenvolvimento socioeconômico do país (IBGE, 2015), sendo conduzida de forma contínua ao longo de todos os meses, garantindo uma coleta de dados constante e permitindo a análise de tendências ao longo do tempo. Isso possibilita uma visão mais precisa e dinâmica das mudanças nas características da população e do mercado de trabalho.

Além disso, na PNADC, os domicílios selecionados para a amostra são pesquisados uma vez a cada trimestre, durante cinco trimestres sucessivos, totalizando cinco visitas para cada domicílio, e, após isso, são retirados da amostra. A utilização da 5ª visita no trabalho se deve ao fato de que ela oferece maior consistência e qualidade dos dados (IBGE, 2019). Assim, a realização de múltiplas visitas aumenta a quantidade de informações e eleva a precisão das respostas fornecidas pelos entrevistados, além de capturar mudanças significativas que possam ter ocorrido desde as visitas anteriores, reduzindo a possibilidade de erros ou informações imprecisas. Cabe ainda salientar que foram consideradas apenas as pessoas de referência nos domicílios para compor a amostra.

Modelo econométrico

Inicialmente, nesta subseção, é importante especificar a forma de mensuração do nível de pobreza utilizada no trabalho, que parte da metodologia de Kageyama e Hoffmann (2006), especificamente para o critério de renda. Assim, considerou-se uma primeira linha de pobreza, correspondente a $\frac{1}{2}$ salário-mínimo (linha de pobreza), e uma segunda linha de pobreza, correspondente a $\frac{1}{4}$ salário-mínimo (linha de pobreza extrema). Para determinação dos valores de corte das referidas linhas de pobreza, foi considerado o rendimento domiciliar *per capita* (habitual de todos os trabalhos e efetivo de outras fontes), exclusive o rendimento das pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Dessa forma, aqueles domicílios que apresentaram renda *per capita* acima da primeira linha de corte foram considerados como não pobres, enquanto aqueles cuja renda está entre as duas linhas de corte foram apontados como pobres; e por fim, aqueles cuja renda está abaixo da segunda linha de corte foram apontados como extremamente pobres.

Para identificar os domicílios que possuem níveis de renda *per capita* abaixo dos parâmetros considerados, tendo em vista o trabalho de Kageyama e Hoffmann (2006), foi considerado o modelo econométrico Logit. A regressão logística é uma técnica estatística que tem como objetivo estimar a probabilidade de ocorrência de determinado evento com base em um conjunto de variáveis explicativas. O modelo permite a predição de valores tomados por uma variável categórica, frequentemente binária, a partir de uma série de variáveis explicativas contínuas e/ou binárias. Além disso, após a estimação dos

coeficientes relativos às variáveis explicativas incluídas, são estimados os efeitos marginais, que são passíveis de interpretação estatística.

Assim, são estimados dois modelos Logit, tendo como variáveis dependentes as probabilidades de os domicílios estarem abaixo das linhas de pobreza e pobreza extrema. Para cada um dos dois modelos, são estimadas quatro distintas especificações, sendo a primeira uma estimação geral e as demais estimações consideram algumas nuances importantes, com inserção de *dummies* de interação, totalizando, portanto, oito modelos econométricos estimados.

Na primeira especificação, geral, considera-se a variável *Mulher*, que é uma *dummy* que aponta se a pessoa de referência do domicílio é uma mulher ou homem. Já a segunda especificação considera a *dummy* de *Mulhercor*, que identifica se as pessoas de referência nos domicílios são mulheres pretas, pardas e indígenas. Por sua vez, a terceira especificação inclui a *dummy* de interação *Mulherdupjorn*, que aponta se as pessoas de referência nos domicílios são mulheres que realizam dupla jornada de trabalho. Por fim, a quarta especificação considera a *dummy* de interação *Unipesmulher*, correspondente às pessoas de referência do domicílio que são mulheres em domicílios unipessoais.

Formalmente, abaixo, são apresentados os modelos estimados, que contêm as quatro especificações consideradas para as variáveis dependentes, que correspondem à probabilidade de que as pessoas de referência nos domicílios sejam pobres e pobres extremos.

$$\ln \left(\frac{[p]}{[1-p]} \right) = \beta_0 + \beta_1 \text{Mulher}_i + \beta_2 \text{Cor}_i + \beta_3 \text{Urbano}_i + \beta_4 \text{Unipessoal}_i + \beta_5 \text{Atvrem}_i + \beta_6 \text{Dupjorntrab}_i + \beta_7 \text{Pesdom}_i + \beta_8 \text{Idade}_i + \beta_9 \text{Anosestudo}_i + \beta_{10} \text{Nordeste}_i + \beta_{11} \text{Norte}_i + \beta_{12} \text{Centro_oeste}_i + \beta_{13} \text{Sudeste}_i + \beta_{14} \text{Sul}_i + u_i \quad (1)$$

$$\ln \left(\frac{[p]}{[1-p]} \right) = \beta_0 + \beta_1 \text{Mulhercor}_i + \beta_2 \text{Urbano}_i + \beta_3 \text{Unipessoal}_i + \beta_4 \text{Atvrem}_i + \beta_5 \text{Dupjorntrab}_i + \beta_6 \text{Pesdom}_i + \beta_7 \text{Idade}_i + \beta_8 \text{Anosestudo}_i + \beta_9 \text{Nordeste}_i + \beta_{10} \text{Norte}_i + \beta_{11} \text{Centro_oeste}_i + \beta_{12} \text{Sudeste}_i + \beta_{13} \text{Sul}_i + u_i \quad (2)$$

$$\ln \left(\frac{[p]}{[1-p]} \right) = \beta_0 + \beta_1 \text{Mulherdupjorn}_i + \beta_2 \text{Cor}_i + \beta_3 \text{Urbano}_i + \beta_4 \text{Unipessoal}_i + \beta_5 \text{Atvrem}_i + \beta_6 \text{Pesdom}_i + \beta_7 \text{Idade}_i + \beta_8 \text{Anosestudo}_i + \beta_9 \text{Nordeste}_i + \beta_{10} \text{Norte}_i + \beta_{11} \text{Centro_oeste}_i + \beta_{12} \text{Sudeste}_i + \beta_{13} \text{Sul}_i + u_i \quad (3)$$

$$\ln \left(\frac{[p]}{[1-p]} \right) = \beta_0 + \beta_1 \text{Unipesmulher}_i + \beta_2 \text{Cor}_i + \beta_3 \text{Urbano}_i + \beta_4 \text{Unipessoal}_i + \beta_5 \text{Atvrem}_i + \beta_6 \text{Dupjorntrab}_i + \beta_7 \text{Pesdom}_i + \beta_8 \text{Idade}_i + \beta_9 \text{Anosestudo}_i + \beta_{10} \text{Nordeste}_i + \beta_{11} \text{Norte}_i + \beta_{12} \text{Centro_oeste}_i + \beta_{13} \text{Sudeste}_i + \beta_{14} \text{Sul}_i + u_i \quad (4)$$

Nos modelos descritos, p corresponde à probabilidade de um domicílio ser classificado como pobre ou pobre extremo, e $1-p$ é a probabilidade de ele não estar nessas condições. As variáveis inseridas na estimação dos modelos econométricos Logit, assim como seus sinais esperados, são apresentadas no Quadro 1. Importante ressaltar que foi criado um identificador de domicílios, a fim de evitar duplicatas no conjunto de dados, garantindo que cada domicílio fosse representado apenas uma vez na amostra. Além disso, para levar em conta a complexidade da amostra, foi considerada a variável de peso na estimação.

Quadro 1: Descrição das variáveis utilizadas na estimação dos modelos econométricos

Variável	Descrição	Sinal esperado
Pobrel	Variável explicada do modelo, que representa a probabilidade de o domicílio estar abaixo da linha de pobreza de $\frac{1}{2}$ salário-mínimo, assumindo valor entre 0 e 1.	Variável dependente
Pobrext	Variável explicada do modelo, que representa a probabilidade de o domicílio estar abaixo da linha de pobreza de $\frac{1}{4}$ salário-mínimo, assumindo valor entre 0 e 1.	Variável dependente
Mulher	Variável que representa o gênero do chefe do domicílio, que corresponde a uma <i>dummy</i> , em que 1 refere-se a mulher e 0 a homem.	Espera-se sinal positivo, visto que, em geral, as mulheres têm menos acesso a recursos produtivos e financeiros e de capacitação (OXFAM, 2019; OIT/GRPE, 2005). Além disso, devido à grande carga de trabalho doméstico não remunerado, dispõem de menos tempo para uso pessoal, o que dificulta suas possibilidades de capacitar-se e manter presença contínua no mercado de trabalho (NU. CEPAL, 2016). Logo, domicílios referenciados por mulheres possuem maior probabilidade de estarem em situação de pobreza e pobreza extrema.
Cor	<i>Dummy</i> que assume valor igual a 1 se a pessoa de referência do domicílio é preta, parda ou indígena e 0 caso seja branca ou amarela.	Espera-se sinal positivo, visto que há elevada desigualdade de renda entre indivíduos de etnias brancas e negras. Logo, há maiores chances de indivíduos pretos e pardos serem pobres em relação aos brancos (Heringer, 2002; Osório, 2019). Segundo IBGE (2021), 75% das pessoas que vivem em situação de pobreza no país são pretas e pardas.

Mulhercor	<i>Dummy</i> de interação que assume valor igual a 1 para mulheres pretas, pardas ou indígenas e 0 caso contrário.	Espera-se sinal positivo, já que a probabilidade de os domicílios estarem em condições de pobreza tende a aumentar naqueles referenciados por mulheres pretas e pardas (Souza <i>et al.</i> , 2020).
Urbano	<i>Dummy</i> que indica o local de residência, que assume valor igual a 1 para área urbana e 0 para área rural.	Espera-se sinal negativo, visto que a incidência da pobreza no meio urbano é menor em relação ao meio rural (MDS, 2015).
Unipessoal	<i>Dummy</i> que indica o tipo da unidade doméstica, que assume valor igual a 1 para domicílios unipessoais, e 0 caso contrário.	Espera-se sinal negativo, visto que domicílios que possuem uma única pessoa são menos sujeitos aos fatores de risco, devido à ausência de crianças e dependentes, que reduz a exposição aos fatores ligados à insuficiência de renda (Delgado; Souza, 2017).
Unipesmulher	<i>Dummy</i> de interação que assume valor igual a 1 para domicílios unipessoais femininos e 0 caso contrário.	Espera-se sinal positivo, pois a ausência de um parceiro resulta na impossibilidade de complementação da renda domiciliar (Gökovali; Danişman, 2010).
Atvrem	<i>Dummy</i> que assume valor igual a 1 se a pessoa de referência realizou atividade remunerada na semana de referência e 0 caso contrário.	Espera-se sinal negativo, já que pessoas que realizam atividade remunerada possuem menos chances de estarem em condições de pobreza quando comparadas com aquelas que não realizam atividade remunerada (Schiavon; Oliveira, 2022).
Dupjorntrab	<i>Dummy</i> que assume valor igual a 1 se a pessoa de referência realizou atividade remunerada e atividade doméstica e 0 caso contrário	Espera-se sinal positivo, pois a sobrecarga causada pela dupla jornada de trabalho, por meio da realização de tarefas domésticas e dos cuidados com crianças e idosos após um dia de trabalho remunerado, faz com que a pessoa de referência no domicílio tenha que sacrificar horas de lazer e de qualificação profissional, gerando maior dificuldade para seu desenvolvimento no mercado de trabalho formal, podendo interferir em sua produtividade (Vaz; Santos; Leichsenring, 2019).
Mulherdupjorn	<i>Dummy</i> de interação que assume valor igual a 1 se a pessoa de referência é mulher e realiza dupla jornada de trabalho e 0 caso contrário.	Espera-se sinal positivo, dado que mulheres tendem a dedicar mais tempo ao trabalho doméstico que os homens, elevando a jornada dupla feminina, o que aumenta a probabilidade de que os domicílios referenciados por elas estejam em condição de pobreza (Jones; Kodras, 1990; Fuwa, 2000).
Pesdom	Variável que indica a quantidade de pessoas no domicílio.	Espera-se sinal positivo, pois há relação decrescente entre número de moradores do domicílio e renda per capita, ou seja, quanto mais moradores têm o domicílio, menor tende a ser o nível de renda per capita (Schiavon; Oliveira, 2022).
Idade	Variável que indica a idade da pessoa de referência no domicílio.	A idade apresenta um caráter ambíguo, onde pessoas com idade mais avançada tendem a possuir maior nível de renda per capita (Schiavon; Oliveira, 2022), porém idosos possuem mais chances de estarem em situação de pobreza em relação a população economicamente ativa (Brady, 2004; Rainwater; Smeeding, 2003).
Anosestudo	Variável que indica os anos de estudo da pessoa de referência no domicílio.	Espera-se sinal negativo, já que mais anos de estudo estão associados a maiores níveis de rendimentos (Barros; Franco; Mendonça, 2007; Menezes-Filho; Fernandes; Picchetti, 2007; Carvalhaes; Souza, 2014).

Nordeste	<i>Dummy</i> que assume valor igual a 1 caso o domicílio esteja localizado na região Nordeste e 0 caso contrário (referência).	Variável de referência na estimação econométrica.
Norte	<i>Dummy</i> que assume valor igual a 1 caso o domicílio esteja localizado na região Norte e 0 caso contrário.	Espera-se sinal negativo, pois o Nordeste, região utilizada como parâmetro, possui índices de pobreza mais elevados quando comparados com as demais regiões do país (IBGE, 2021).
Centro_oeste	<i>Dummy</i> que assume valor igual a 1 caso o domicílio esteja localizado na região Centro Oeste e 0 caso contrário.	
Sudeste	<i>Dummy</i> que assume valor igual a 1 caso o domicílio esteja localizado na região Sudeste e 0 caso contrário.	
Sul	<i>Dummy</i> que assume valor igual a 1 caso o domicílio esteja localizado na região Sul e 0 caso contrário.	
Trimestre	<i>Dummy</i> que assume valores iguais a 1, 2, 3 e 4, correspondendo à cada trimestre do ano em que a visita ao domicílio foi realizada.	Espera-se sinal negativo, já que a pandemia da Covid-19 provavelmente elevou o nível de vulnerabilidade socioeconômica das famílias, entretanto com o passar do tempo, há tendência de um processo de recuperação econômica e de redução do nível de pobreza ao longo dos trimestres analisados (CEPAL, 2022).

Fonte: Elaboração própria.

Resultados

Análise descritiva

A análise descritiva é fundamental para que seja possível conhecer a amostra considerada no estudo, que é composta por 79.381 observações, sendo consideradas apenas pessoas de referência no domicílio, como já salientado. As estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no modelo econométrico estimado são apresentadas na Tabela 1, abaixo.

Tabela 1: Estatísticas descritivas

Variável	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Pobrex	0,079	0,270	0	1
Pobrel	0,239	0,427	0	1
Mulher	0,407	0,491	0	1
Cor	0,592	0,491	0	1
Unipessoal	0,149	0,356	0	1
Dupjorntrab	0,795	0,403	0	1
Mulhercor	0,242	0,428	0	1

Unipesmulher	0,056	0,229	0	1
Mulherdupjorn	0,327	0,469	0	1
Urbano	0,765	0,424	0	1
Pesdom	2,926	1,381	1	16
Idade	44,664	12,523	15	93
Anosestudo	10,240	4,489	0	16
Atvrem	0,872	0,334	0	1
Nordeste	0,276	0,447	0	1
Norte	0,135	0,342	0	1
Centro_oeste	0,114	0,318	0	1
Sudeste	0,285	0,452	0	1
Sul	0,189	0,392	0	1

Fonte: Elaboração própria.

Considerando-se as duas linhas de pobreza definidas no trabalho, 23,9% dos domicílios estão em condições de pobreza e 7,9% em situação de pobreza extrema. Do total de pessoas de referências nos domicílios, 40,7% são mulheres, o que aponta um contingente considerável, corroborando com os trabalhos de Novellino (2008) e Souza *et al.* (2020), que destacam o aumento recente no número de domicílios referenciados por mulheres. Outro importante aspecto a ser considerado no perfil das pessoas de referência nos domicílios brasileiros é a cor, sendo que há maioria preta, parda ou indígena, representando 59,2% do total. Ao se integrar as variáveis de sexo e cor, foi constatada a presença de 24,2% de mulheres pretas e pardas como referências em seus domicílios, reforçando a importância da análise em conjunto dessas características.

Com relação às demais características que compõem o perfil das pessoas de referência nos domicílios brasileiros em 2022, 87,2% realizam atividade remunerada, a idade média é de 44 anos e de 10 anos de estudo, aproximadamente. Além disso, 79,5% das pessoas de referência nos domicílios realizaram dupla jornada de trabalho, sendo que mulheres que executaram essa dupla jornada correspondem à 32,7% da amostra.

Ademais, dos domicílios considerados, 76,5% estão na área urbana e a média de pessoas por domicílio é de aproximadamente 2,92. Além disso, em 14,9% dos domicílios há apenas uma pessoa (unipessoal), sendo que a proporção de domicílios unipessoais femininos é de aproximadamente 5,6%. Regionalmente, aproximadamente 27,6% dos domicílios se localizam na região Nordeste, 13,5% na região Norte, 11,4% no Centro Oeste, 28,5% no Sudeste e 18,9% no Sul.

A Tabela 2, a seguir, apresenta a média condicional da proporção de domicílios inseridos em condições de pobreza e pobreza extrema, considerando o gênero das pessoas de referência. Verifica-se que os domicílios referenciados por mulheres possuem as maiores médias de inserção tanto em situação de pobreza quanto de pobreza extrema, quando comparados àqueles referenciados por homens, o que representa indícios da ocorrência de feminização da pobreza, a ser atestada na próxima subseção.

Tabela 2: Média condicional da proporção de que os domicílios estejam em situação de pobreza e pobreza extrema por gênero da pessoa de referência

Linhas de pobreza	Gênero do chefe	Média
Pobreza	Homem	19,9
	Mulher	23,1
Pobreza extrema	Homem	6,1
	Mulher	7,7

Fonte: Elaboração própria.

Resultados Econométricos

A partir da metodologia especificada anteriormente, nas Tabelas 3 e 4, a seguir, são apresentados os modelos econométricos estimados para avaliar a probabilidade de os domicílios estarem em condições de pobreza e pobreza extrema, considerando as quatro especificações definidas e erros padrão robustos, totalizando oito estimações. São reportados os efeitos marginais, que como já ressaltado são passíveis de interpretação estatística.

Tabela 3: Estimação dos efeitos marginais para a probabilidade de que os domicílios estejam em situação de pobreza

Variável	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
Mulher	0,033*** (0,004)	-	-	-
Mulhercor	-	0,050*** (0,004)	-	-
Mulherdupjorn	-	-	0,037*** 0,004	-
Unipesm mulher	-	-	-	0,045*** (0,013)
Cor	0,044*** (0,004)	-	0,044*** (0,004)	0,044*** (0,004)

Unipessoal	0,007 ^{NS} (0,007)	0,009 ^{NS} (0,007)	0,005 ^{NS} (0,007)	-
Dupjorntrab	-0,008 ^{NS} (0,006)	-0,008 ^{NS} (0,006)	-	0,000 ^{NS} (0,006)
Urbano	-0,079*** (0,005)	-0,078*** (0,005)	-0,079*** (0,005)	-0,073*** (0,005)
Pesdom	0,058*** (0,002)	0,059*** (0,002)	0,058*** (0,002)	0,059*** (0,001)
Idade	-0,005*** (0,000)	-0,005*** (0,000)	-0,005*** (0,000)	-0,005*** (0,000)
Anosestudo	-0,020*** (0,000)	-0,021*** (0,000)	-0,020*** (0,000)	-0,020*** (0,000)
Atvrem	-0,294*** (0,014)	-0,297*** (0,014)	-0,344*** (0,009)	-0,318*** (0,014)
Norte	-0,031*** (0,004)	-0,029*** (0,004)	-0,031*** (0,004)	-0,032*** (0,004)
Centro_oeste	-0,106*** (0,003)	-0,107*** (0,003)	-0,106*** (0,003)	-0,106*** (0,003)
Sudeste	-0,111*** (0,004)	-0,116*** (0,004)	-0,111*** (0,004)	-0,112*** (0,004)
Sul	-0,128*** (0,003)	-0,133*** (0,003)	-0,128*** (0,003)	-0,128*** (0,003)
Trimestre	-0,013*** (0,001)	-0,013*** (0,002)	-0,013*** (0,001)	-0,013*** (0,002)

Fonte: Elaboração própria.

Nota: *** p < 0,001; ** p < 0,05; * p < 0,1; NS = Não significativo; Erros padrão das variáveis entre parênteses.

Tabela 4: Estimação dos efeitos marginais para a probabilidade de que os domicílios estejam em situação de pobreza extrema

Variável	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
Mulher	0,007*** (0,001)	-	-	-
Mulhercor	-	0,009*** (0,002)	-	-
Mulherdupjorn	-	-	0,009*** (0,002)	-
Unipesmulher	-	-	-	0,029*** (0,007)

Cor	0,007*** (0,001)	-	0,007*** (0,001)	0,007*** (0,001)
Unipessoal	0,026*** (0,004)	0,026*** (0,004)	0,025*** (0,004)	-
Dupjorntrab	-0,005** (0,003)	-0,005* (0,003)	-	-0,003 ^{NS} (0,003)
Urbano	-0,024*** (0,002)	-0,024*** (0,002)	-0,024*** (0,002)	-0,023*** (0,002)
Pesdom	0,011*** (0,001)	0,011*** (0,001)	0,011*** (0,001)	0,010*** (0,000)
Idade	-0,001*** (0,000)	-0,001*** (0,000)	-0,001*** (0,000)	-0,001*** (0,000)
Anosestudo	-0,004*** (0,000)	-0,004*** (0,000)	-0,004*** (0,000)	-0,004*** (0,000)
Atvrem	-0,138*** (0,011)	-0,140*** (0,011)	-0,179*** (0,007)	-0,149*** (0,011)
Norte	-0,005** (0,001)	-0,005** (0,001)	-0,005** (0,001)	-0,005** (0,001)
Centro_oeste	-0,023*** (0,001)	-0,023*** (0,001)	-0,023*** (0,001)	-0,023*** (0,001)
Sudeste	-0,023*** (0,002)	-0,023*** (0,002)	-0,023*** (0,002)	-0,023*** (0,002)
Sul	-0,026*** (0,001)	-0,027*** (0,001)	-0,026*** (0,001)	-0,026*** (0,001)
Trimestre	-0,003*** (0,001)	-0,003*** (0,001)	-0,003*** (0,001)	-0,003*** (0,001)

Fonte: Elaboração própria.

Nota: *** p < 0,001; ** p < 0,05; * p < 0,1; NS = Não significativo; Erros padrão das variáveis entre parênteses.

Os resultados encontrados apontam que domicílios em que as mulheres são as pessoas de referência possuem 3,3% mais chances de estarem abaixo da linha de pobreza de ½ salário-mínimo e 0,7% maior probabilidade de estarem abaixo da linha de pobreza de ¼ salário-mínimo. Tal resultado está em consonância com o que foi também verificado por Souza *et al.* (2020) e Couto (2022); e pode ser explicado por questões salariais, já que as posições de maior prestígio ainda continuam sob domínio dos homens, independentemente do nível de escolarização (Matos, 2005).

Nesse sentido, segundo Maia *et al.* (2015), cerca de metade das mulheres que são pessoas de referência em suas famílias no Brasil dependem dos programas de transferência de renda, como é o caso do Bolsa Família, que age como fonte de renda e/ou complementação do rendimento domiciliar nesses lares. Além disso, as alterações na composição familiar aumentaram o número de domicílios referenciados por mulheres ao longo do tempo, que se tornaram mais responsáveis pela manutenção financeira do lar, que em sua grande maioria também precisam realizar atividades de cuidados com os filhos (Lavinias; Nicoll, 2006).

A cor das pessoas de referência é outra característica relevante para a determinação da probabilidade de os domicílios estarem inseridos em condição de pobreza. De acordo com os resultados obtidos, domicílios referenciados por indivíduos pretos, pardos ou indígenas possuem 4,4% e 0,7% mais chances de estarem inseridos nas situações de pobreza e pobreza extrema, respectivamente, quando comparados aos domicílios referenciados por brancos e amarelos. Como apontado por Lima (2012), existe determinada rigidez racial, relacionada à desigualdade racial entre os mais escolarizados e nas posições de maior status, bem como nas chances de mobilidade e manutenção da posição social.

Outrossim, o número de pessoas nos domicílios também impacta as chances de eles estarem inseridos em condições de pobreza. Assim, cada indivíduo adicional nos domicílios eleva a probabilidade de que eles estejam abaixo das linhas de pobreza e pobreza extrema em 5,8% e 1,1%, respectivamente. Esse resultado está relacionado ao fato de que um maior número de dependentes nos lares contribui para elevação de seu nível de vulnerabilidade socioeconômica (Lavinias; Nicoll, 2006).

Além disso, o fato de os domicílios estarem localizados na área urbana diminui as chances de eles estarem inseridos em situação de pobreza em 7,9% e pobreza extrema em 2,4%. Isso pode ser explicado pelo fato de que, geralmente, a zona rural possui infraestrutura e serviços como educação e saúde com menor nível de qualidade ou até mesmo inexistentes, além da desigualdade em termos produtivos entre as duas localidades (Schiavon, Oliveira, 2022).

Regionalmente, os efeitos marginais para *Sudeste, Sul, Norte e Centro_oeste* foram negativos em relação a *Nordeste*. Isso significa que o fato de o domicílio estar localizado na região Nordeste eleva as chances de que ele esteja em condição de pobreza e pobreza extrema, respectivamente, em 3,1% e 0,5% quando comparado com a região

Norte, em 10,6% e 2,3% quando comparado com a região Centro-Oeste, em 11,1% e 2,3% quando comparado com a região Sudeste, e em 12,8% e 2,6% quando comparado com a região Sul. Esse resultado está relacionado ao menor nível relativo de desenvolvimento da região Nordeste, onde a falta de infraestrutura impõe privações nas condições de existência básicas para muitos domicílios, representadas pela falta de água encanada e saneamento básico (Kageyama; Hoffmann, 2006).

Com relação a idade e anos de estudo das pessoas de referência, quanto mais elevados, menores as chances de incidência de pobreza e pobreza extrema nos domicílios. Em termos de efeitos marginais, um ano a mais de idade e de estudos das pessoas de referência reduz a probabilidade de que os domicílios estejam inseridos em condição de pobreza em 0,5% e 2%; e em condições de pobreza extrema em 0,1% e 0,4%, respectivamente. Assim como apontado por Batista e Costa (2019), indivíduos com idade mais avançada (maior experiência no mercado de trabalho) e com maior nível de escolaridade tendem a obter rendimentos mais elevados, reduzindo as chances de seus domicílios estarem entre os mais pobres.

Acerca das variáveis que apontam se os domicílios são unipessoais e que identificam se a pessoa de referência realiza dupla jornada de trabalho, estas só foram significativas quando analisada a condição de pobreza extrema. Assim, constatou-se que o fato de o domicílio possuir apenas uma pessoa contribui para sua vulnerabilidade extrema em 2,6%, enquanto a dupla jornada de trabalho diminui as chances de que ele esteja condição de pobreza extrema em 0,5%. Apesar desse resultado ser contrário ao que era esperado, isso pode ser um reflexo do fato de que ao realizar dupla jornada de trabalho, a pessoa de referência possui renda adicional advinda de uma atividade remunerada, o que reduz a probabilidade de o domicílio estar em condição de pobreza extrema, como atestado por Batista e Costa (2019).

A respeito dos trimestres de 2022, quanto mais próximo ao fim do ano, há redução da probabilidade de o domicílio estar em situação de pobreza e pobreza extrema em 1,3% e 0,3%, respectivamente. Tal resultado pode ser explicado pela tendência de recuperação econômica após o choque causado pela pandemia da Covid-19 (CEPAL, 2022).

Por meio das especificações (2), (3) e (4), apresentadas nas Tabelas 3 e 4, são inseridas as *dummies* de interação, que complementam de forma importante os resultados ao apresentar nuances que tangem o processo de feminização da pobreza. Dessa forma, na especificação (2), é adicionada à *dummy* que identifica se a pessoa de referência no

domicílio é mulher e preta, parda ou indígena, onde foi possível verificar que tal condição eleva a probabilidade de o domicílio estar em situação de pobreza e pobreza extrema em 5% e 0,9%, respectivamente, assim como encontrado por Snyder, McLaughlin e Findeis (2006) para os Estados Unidos e Souza *et al.* (2020) para o Brasil. Esse resultado decorre da dupla discriminação que a mulher negra precisa enfrentar, marcada pelo entrecruzamento da desigualdade de gênero com a desigualdade racial. Isso é refletido nas posições ocupacionais das mulheres negras no mercado de trabalho, e, conseqüentemente, na situação de pobreza dos domicílios referenciados por elas (Silva, 2013).

Na especificação (3), considera-se uma outra nuance, relativa à *dummy* de interação que identifica se a pessoa de referência no domicílio é mulher que realiza dupla jornada de trabalho, em que foi possível verificar intensificação nas chances de que o domicílio estivesse em condições de pobreza e pobreza extrema em 3,7% e 0,9%, respectivamente. Isso significa que nos lares onde a mulher referência precisa desempenhar trabalho remunerado, além de realizar atividades familiares e/ou domiciliares o nível de vulnerabilidade é elevado, corroborando com os achados de Fuwa (2000). Isso pode ser explicado devido à sobrecarga de trabalho causada pela dupla jornada, o que pode diminuir a produtividade dessas mulheres, que precisam sacrificar horas de qualificação profissional e de descanso, dificultando seu desenvolvimento no mercado de trabalho formal (Vaz; Santos; Leichsenring, 2019).

Por fim, na especificação (4), adiciona-se a *dummy* de interação correspondente ao fato de a mulher ser a pessoa de referência no domicílio e morar sozinha, a última nuance considerada, que também intensifica as chances de o domicílio estar abaixo da linha de pobreza e pobreza extrema em aproximadamente 4,5% e 2,9%, respectivamente. Segundo Cavenaghi e Alves (2018), a presença de um parceiro no lar implica uma fonte de renda adicional, o que pode ser relevante para diminuição da probabilidade de que o domicílio não se encontre em situação de pobreza.

Considerações finais

O crescente contingente de domicílios chefiados por mulheres tem elevado a importância da realização de estudos que tenham como objetivo atestar e analisar o processo de feminização da pobreza. Dessa forma, o presente estudo objetivou verificar a existência de um processo de feminização da pobreza no Brasil em 2022, a partir dos

dados da 5ª visita da PNADC e estimação de modelos Logit, considerando as pessoas de referência nos domicílios e a probabilidade de elas estarem em condição de pobreza e extrema pobreza, que correspondem a rendimentos domiciliares per capita de até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo e $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo, respectivamente.

Além disso, foram analisadas algumas nuances desse processo ao se analisar a probabilidade que os domicílios estivessem abaixo das linhas de pobreza consideradas quando as pessoas de referência eram mulheres pretas, pardas ou indígenas, mulheres que realizam dupla jornada de trabalho, assim como mulheres que moram sozinhas.

Os resultados apontaram que existe feminização da pobreza no país para o ano considerado, já que as chances de os domicílios estarem em situação de pobreza e pobreza extrema se elevam quando a pessoa de referência no domicílio é uma mulher. Além disso, quando o lar é referenciado por mulheres pretas, pardas ou indígenas, além do fato de elas residirem sozinhas e quando realizam dupla jornada de trabalho, as chances de esse domicílio estar inserido em condição pobreza se intensificam.

A partir dos resultados verificados, ressalta-se a importância sobre a possibilidade de implementação de políticas públicas que levem em consideração as mudanças que vêm ocorrendo na estrutura e composição familiar. Dessa forma, políticas públicas que possam aumentar oportunidades em termos de qualificação e consequente inserção no mercado de trabalho, particularmente para mulheres pretas, pardas e indígenas, seriam fundamentais.

Outro ponto relevante para as políticas públicas em termos de gênero se refere à invisibilidade do trabalho feminino. Nesse sentido, é fundamental combater a discriminação que surge pela dupla jornada de trabalho nos lares referenciados por mulheres, que utilizam boa parte do seu tempo em trabalhos não remunerados, tendo que cuidar do lar, além de investir a maior parte dos seus rendimentos pessoais na manutenção da família.

Assim, seriam extremamente importantes políticas eficazes, capazes de reduzir essas vulnerabilidades. Políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família, bem como criação de creches e lavanderias populares são exemplos de políticas capazes de atenuar o elevado fardo que recai sobre essas mulheres, auxiliando na inserção das mesmas no mercado de trabalho, e consequentemente, combatendo a pobreza e garantindo uma vida mais digna nesses domicílios brasileiros.

Referências

- ALAZZAWI, Shireen. Is there feminization of poverty in Egypt?. In: **Economic Research Forum (ERF)**. 2015.
- BARROS, Ricardo Paes de; FRANCO, Samuel; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. A recente queda da desigualdade de renda e o acelerado progresso educacional brasileiro da última década. 2007.
- BARROS, Ricardo; FOX, Louise; MENDONÇA, Rosane. Female-headed households, poverty, and the welfare of children in urban Brazil. **Economic Development and Cultural Change**, v. 45, n. 2, p. 231-257, 1997.
- BATISTA, Andreza Luiza; COSTA, Lorena Vieira. Domicílios chefiados por mulheres e pobreza no Brasil: uma análise de 2011 a 2015. **Revista Feminismos**, v. 7, n. 3, 2019.
- BELCHIOR, João Raposo. Chefia Feminina: feminização e transmissão intergeracional da pobreza. **Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais-Área**, v. 1, 2007.
- BHAGAVATHEESWARAN, Lalitha et al. The barriers and enablers to education among scheduled caste and scheduled tribe adolescent girls in northern Karnataka, South India: A qualitative study. **International journal of educational development**, v. 49, p. 262-270, 2016.
- BRADY, David. Reconsidering the divergence between elderly, child, and overall poverty. **Research on Aging**, v. 26, n. 5, p. 487-510, 2004.
- BRITO, Elohá Cabreira. POBREZA NO RIO GRANDE DO SUL. **A Economia em Revista-AERE**, v. 28, n. 2, p. 31-54, 2020.
- CAMARGOS, Mirela Castro Santos; RIANI, Juliana Lucena Ruas; MARINHO, Karina Rabelo Leite. Mercado de trabalho e gênero: uma análise das desigualdades em Minas Gerais. **Revista Pretexto**, v. 15, n. 2, p. 41-57, 2014.
- CARVALHAES, Flávio; SOUZA, Pedro. Análise de classe e a queda da desigualdade de renda do trabalho no Brasil. **Plural**, v. 21, n. 2, p. 77-107, 2014.
- CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio Diniz. Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios. **Rio de Janeiro: Ens-Cpes**, v. 120, 2018.
- CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Índice de feminidad de la pobreza extrema y de la pobreza según área geográfica. Chile: CEPAL 2018.
- CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Panorama Social da América Latina e do Caribe, 2022. Resumo executivo. Chile. 2022.
- CEPAL, N. U. Inclusive social development: The next generation of policies for overcoming poverty and reducing inequality in Latin America and the Caribbean. 2016.

COSTA, Joana Simões de Melo et al. A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil. 2005.

COUTO, Ana Cristina Lima. POBREZA SOB A ÓTICA DE GÊNERO (BRASIL-2012 E 2019). **A Economia em Revista-AERE**, v. 30, n. 2, 2022.

DE SOUZA, Virginia et al. A feminização da pobreza no Brasil e seus determinantes. **Informe Gepec**, v. 24, n. 1, p. 53-72, 2020.

DELGADO, Paulo Roberto; SOUZA, Leonildo Pereira de. Vulnerabilidade social e arranjos domiciliares no Paraná. 2017.

FUCHS, Victor R. The feminization of poverty?. 1986.

FUWA, Nobuhiko. The poverty and heterogeneity among female-headed households revisited: the case of Panama. **World development**, v. 28, n. 8, p. 1515-1542, 2000.

GÖKOVALI, Ummuhan; DANIŞMAN, Aysun. Feminization of poverty: Does it really exist in Turkey?. **New Perspectives on Turkey**, v. 42, p. 179-201, 2010.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Cadernos de Saúde pública**, v. 18, p. S57-S65, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Desigualdades Sociais por Cor ou Raça Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Principais diferenças metodológicas entre as pesquisas PME, Pnad e Pnad Contínua. Nota técnica. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua Informações sobre os arquivos de Microdados. 2021.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Retrato das desigualdades de gênero e raça – 1995-2015. Brasília: Ipea, 2017.

JONES, John Paul; KODRAS, Janet E. Restructured regions and families: The feminization of poverty in the US. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 80, n. 2, p. 163-183, 1990.

KABEER, Naila. Gender, poverty, and inequality: a brief history of feminist contributions in the field of international development. **Gender & Development**, v. 23, n. 2, p. 189-205, 2015.

KAGEYAMA, Angela; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, v. 15, n. 1, p. 79-112, 2006.

KLASEN, Stephan; LECHTENFELD, Tobias; POVEL, Felix. A feminization of vulnerability? Female headship, poverty, and vulnerability in Thailand and Vietnam. **World Development**, v. 71, p. 36-53, 2015.

LAMPIETTI, Julian A.; STALKER, Linda. **Consumption expenditure and female poverty: A review of the evidence**. Washington, DC: World Bank, Development Research Group/Poverty Reduction and Economic Management Network, 2000.

LAVINAS, Lena; NICOLL, Marcelo. Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco?. **Dados**, v. 49, p. 67-97, 2006.

LIMA, Márcia. "Raça" e pobreza em contextos metropolitanos. **Tempo social**, v. 24, p. 233-254, 2012.

LIMA, Taís Maria Gomes de. Duração da pobreza feminina no Brasil e seus determinantes entre 2012 e 2019. 2021.

MACHADO, Kenys Menezes. Mensuração da pobreza: uma comparação entre a renda e a abordagem multidimensional da pobreza na Bahia. 2006.

MAIA, Katy et al. O papel das mulheres pobres brasileiras na estrutura familiar monoparental feminina: uma análise do ano 2012. **Econômica**, v. 17, n. 2, 2015.

MARCOUX, Alain. The feminization of poverty: claims, facts, and data needs. **Population and development review**, p. 131-139, 1998.

MATOS, Marlise. A democracia não deveria parar na porta de casa: a criação dos índices de tradicionalismo e de destradicionalização de gênero no Brasil. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

MCLANAHAN, Sara. Family structure and the reproduction of poverty. **American journal of Sociology**, v. 90, n. 4, p. 873-901, 1985.

MDS - Ministério Do Desenvolvimento Social E Combate À Fome. Cadernos de Estudos: Desenvolvimento Social em Debate. 162 p. 2015.

MEDEIROS, Marcelo; PINHEIRO, Luana Simões. Desigualdades de gênero em tempo de trabalho pago e não pago no Brasil, 2013. **Sociedade e Estado**, v. 33, p. 159-185, 2018.

MEDEIROS, Marcelo et al. **Poverty among women in Latin America: Feminization or over-representation?**. United Nations Development Programme. International Poverty Centre, 2006.

MELO, Hildete Pereira de; BANDEIRA, Lourdes. **A pobreza e as políticas de gênero no Brasil**. CEPAL, 2005.

MENEZES-FILHO, Naércio; FERNANDES, Reynaldo; PICCHETTI, Paulo. Educação e queda recente da desigualdade no Brasil. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**, v. 2, p. 285-304, 2007.

MOGHADAM, Valentine M. **The Feminization of Poverty?: Notes on a Concept and Trends**. Illinois State University, Women's Studies Program, 1997.

NERI, Marcelo. Mapa da nova pobreza. 2022.

NORTHROP, Emily M. The feminization of poverty: The demographic factor and the composition of economic growth. **Journal of Economic Issues**, v. 24, n. 1, p. 145-160, 1990.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Chefia feminina de domicílio como indicador de feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres pobres. **Rio de Janeiro: IBGE**, 2008.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. **Anais**, p. 1-12, 2016.

OFORI, Frank. Free-riding and incidence of poverty in Ghana. 2012.

OIT. Manual de capacitação e informação sobre gênero, raça, pobreza e emprego: guia para o leitor. **Questão racial, pobreza e emprego no Brasil: tendências, enfoques e políticas de promoção da igualdade**, 2005.

OSORIO, Rafael Guerreiro. **A desigualdade racial da pobreza no Brasil**. Texto para Discussão, 2019.

OWUSU-AFRIYIE, John; NKETIAH-AMPONSAH, Edward. An individual level test of the “feminization of poverty” hypothesis: Evidence from Ghana. **Journal of Developing Societies**, v. 30, n. 1, p. 25-43, 2014.

OXFAM. Tempos de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Oxfam Brasil. Relatório, 2019.

PEARCE, D. The feminization of poverty: women, work and welfare', *Urban and Social Change Review*, February. 1978.

PETERSON, Janice. The feminization of poverty. **Journal of economic issues**, v. 21, n. 1, p. 329-337, 1987.

PNUD/RDH. Relatório do desenvolvimento humano: la revolución hacia la igualdad en la condición de los sexos. 1995.

PRESSMAN, Steven. At home: The feminization of poverty: Causes and remedies. **Challenge**, v. 31, n. 2, p. 57-61, 1988.

RAINWATER, Lee; SMEEDING, Timothy M. **Poor kids in a rich country: America's children in comparative perspective**. Russell Sage Foundation, 2003.

RIBAS, R.; MACHADO, Ana Flávia; GOLGHER, André Braz. Flutuações e persistência na pobreza: uma análise de decomposição transitória-crônica para o Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 41, n. 2, 2011.

ROBY, Jini L.; LAMBERT, Missy Jean; LAMBERT, Joseph. Barriers to girls' education in Mozambique at household and community levels: An exploratory study. **International Journal of Social Welfare**, v. 18, n. 4, p. 342-353, 2009.

RODGERS, Joan R. Poverty and household Composition. 1990.

SCHIAVON, Laura de Carvalho; DE OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo. Pobreza e diversidades locais: uma investigação empírica para o Brasil a partir do Censo 2010. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, 2022.

SCHINAIDER, Chinara Mendes; DA SILVA VIANA, Izabella Maria; TEIXEIRA, Evandro Camargos. Pobreza e gênero: evolução dos indicadores de pobreza Foster-Greer-Thorbecke (FGT) para o Brasil. **Textos de Economia**, v. 23, n. 1, p. 1-22, 2020.

SCHÜTTE, Stefan. Living with patriarchy and poverty: women's agency and the spatialities of gender relations in Afghanistan. **Gender, Place & Culture**, v. 21, n. 9, p. 1176-1192, 2014.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Companhia das letras, 2018.

SILVA, Tatiana Dias. Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda. **Dossiê Mulheres Negras**, p. 109, 2013.

SNYDER, Anastasia R.; MCLAUGHLIN, Diane K.; FINDEIS, Jill. Household composition and poverty among female-headed households with children: Differences by race and residence. **Rural Sociology**, v. 71, n. 4, p. 597-624, 2006.

TARAR, Maliha Gull; PULLA, Venkat. Patriarchy, gender violence and poverty amongst Pakistani women: A social work inquiry. **International Journal of Social Work and Human Services Practice**, v. 2, n. 2, p. 56-63, 2014.

VAZ, Daniela Verzola; SANTOS, Danilo Braun; LEICHSENBERG, Alexandre Ribeiro. Duração do emprego formal e desigualdade de gênero no Brasil: o caso das famílias de baixa renda. **Anais**, p. 1-22, 2019.



WOODS, Nancy Fugate. A global imperative: development, safety, and health from girl child to woman. **Health Care for Women International**, v. 30, n. 3, p. 195-214, 2009.

WORLD BANK. Poverty and shared prosperity 2018: Piecing together the poverty puzzle. 2018.

WRIGHT, Robert E. A feminisation of poverty in Great Britain?. **Review of Income and Wealth**, v. 38, n. 1, p. 17-25, 1992.